



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

ACÓRDÃO Nº 8336
(22.08.2011)

PROCESSO : Nº 1468-87.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010.
PROCEDÊNCIA : MARECHAL DEODORO - AL
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
RECORRIDO : DIÓGENES RODRIGUES DE LIMA
ADVOGADO : FÁBIO COSTA FERRÁRIO DE ALMEIDA / OUTRO
RELATOR : LUCIANO GUIMARÃES MATA

Ementa.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL. AÇÃO PENAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. REJEIÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INEXISTÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO AUTOMÁTICA. CRIME. FALSIDADE IDEOLÓGICA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE FINALIDADE ELEITORAL. INEXISTÊNCIA DE ATO OMISSIVO E COMISSIVO PENALMENTE RELEVANTES. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. ATIPICIDADE DE CONDUTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO DESPROVIDO.

1. A conduta prevista no art. 350 do Código Eleitoral é de natureza formal, pressupondo ato omissivo ou comissivo, ou seja, omitir declaração ou inserir declaração falsa ou diversa da que deveria constar.

2. A rejeição da prestação de contas de campanha de um candidato não configura, *de per se*, o crime de falsidade ideológica eleitoral do art. 350 do CE, vez que, para tanto, necessário se faz estar presente a vontade livre e consciente de falsificar o documento para fins eleitorais (dolo específico), o que não se verifica nas condutas do então aspirante ao cargo legislativo.

3. Conduta atípica. Manutenção da rejeição da denúncia. Recurso conhecido, mas desprovido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso criminal, nos termos do voto da Relatora.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 22 dias do mês de agosto do ano de 2011.

DES. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO – Presidente

DESEMBARGADOR LUCIANO GUIMARÃES MATA – Relator

RODRIGO A. TENÓRIO CORREIA DA SILVA – Procurador Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso Criminal interposto pelo Ministério Público Eleitoral em face da decisão do Juiz da 26ª Zona Eleitoral – Marechal Deodoro/AL que rejeitou a denúncia ofertada pelo recorrente, em desfavor de Diógenes Rodrigues de Lima, candidato ao cargo de vereador naquele município, porque teria omitido dados que deveriam constar em sua prestação de contas, tendo por escopo dificultar a fiscalização por parte desta Justiça Especializada, o que caracterizaria o crime inserto no art. 350 do Código Eleitoral (falsidade ideológica para fins eleitorais).

2. Asseverou o magistrado, em sua decisão de fls. 151/153, que a conduta narrada na exordial seria flagrantemente atípica, tanto pela ausência de repercussão ao processo eleitoral, como pela ausência de dolo específico.

3. Inconformado com a decisão, o *Parquet* interpôs o presente recurso eleitoral (155/162) informando que a decisão mereceria reforma, vez que a conduta tipificada no art. 350 do CE se assemelharia àquela descrita no art. 299 do CP, tratando-se de crime formal, ou seja, independeria de resultado, tendo a contrafação ou omissão de dados a finalidade prejudicar direitos, criar obrigações ou alterar a verdade de fatos juridicamente relevantes aos fins eleitorais.

Aduziu que, uma vez inserida ou determinada a inserção de declaração falsa ou diversa daquela que deveria constar, com fins eleitorais, restaria consumado o crime, pelo que a desaprovação das contas do candidato denunciado, com a inserção desses elementos seria apta a ensejar o recebimento da denúncia, não se podendo falar em ausência de tipicidade, mormente porque a exordial preencheria todos os requisitos do art. 41 do CPP.

Requeru o provimento do recurso no sentido de que a denúncia seja recebida.

4. Devidamente intimado, o recorrido ficou-se inerte.

5. A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo desprovimento do recurso, mantendo-se a decisão recorrida, ao argumento de que “não há demonstração de fato típico e antijurídico que autoriza o recebimento da inicial acusatória”.

6. O presente feito independe de Revisor, a teor do art. 364 do Código Eleitoral c/c o art. 610 do Código de Processo Penal.

Guar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

7. É o relatório.

Qua

A handwritten signature in black ink, appearing to be the name 'Qua', followed by a large, stylized flourish that extends to the right and then curves back down.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

VOTO

Ab initio, torna-se imperioso ressaltar que o recurso é cabível, a parte é legítima e tem interesse na reforma da sentença. Não há fato impeditivo ou extintivo do poder recursal, o recurso é tempestivo e possui regularidade formal a pretensão veiculada.

No mérito, insurge-se o *Parquet* contra decisão do Juízo da 26ª Zona – Marechal Deodoro/AL, que rejeitou liminarmente a denúncia ofertada pela ausência de tipicidade na conduta do réu, nos termos do art. 395, inciso III, do CPP c/c o art. 258, I, do CE.

Aduz a Promotoria Eleitoral da 26ª Zona que a conduta ilícita do art. 350 cuidaria de crime formal e que o simples fato de ser inserida ou determinada a inserção no documento de declaração falsa ou diversa que deveria constar na prestação de contas já configuraria o crime, o que justificaria o recebimento da denúncia ora em exame.

Estabelece o art. 350 do Código Eleitoral que constitui crime “omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais”.

Analisando o tipo penal, percebe-se ser ele composto dos seguintes elementos: a) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar, b) nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita; c) com a finalidade de prejudicar direito, criar obrigações ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante no campo eleitoral.

A conduta prevista no art. 350 do Código Eleitoral é de natureza formal, pressupondo ato omissivo ou comissivo, ou seja, omitir declaração ou inserir declaração falsa ou diversa da que deveria constar.

Narra a denúncia que:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

“No dia 14 de novembro de 2008, nesta cidade, o denunciado omitiu em documentos particulares, isto é, nas prestações de contas apresentadas pelo referido ao juízo da 26ª Zona Eleitoral declarações que delas deveriam constar, ou seja, os verdadeiros gastos que ele (denunciado) efetuou na campanha das eleições de 2008 ao cargo de vereador, tudo com a finalidade eleitoral de dificultar a fiscalização por parte do juízo da citada Zona Eleitoral da verdadeira situação financeira da sua campanha ao dito cargo.

Segundo consta dos autos, Diógenes Rodrigues de Lima, candidato ao cargo de vereador deste Município no pleito de 05.10.2008, nos documentos particulares apresentados à guisa de prestações de contas a esse juízo, praticou as seguintes impropriedades, consoante concluiu o responsável pela análise técnica das contas:

- a) os gastos realizados não foram totalmente comprovados através dos respectivos comprovantes fiscais, desatendendo o art. 32 parágrafo único;
- b) ausência de conversão e recursos arrecadados por recibos eleitorais, desatendendo o art. 3º e art. 17, § 2º;
- c) ausência de apresentação de prestação de contas retificadoras, necessária após o saneamento de regularidade apontada, desatendendo o art. 36, § 1º, todos da Res. TSE 22.715/2008”

Como se vê, estes foram os fatos que levaram à Promotora de Justiça a oferecer a denúncia em desfavor do então candidato a vereador na cidade de Marechal Deodoro, Sr. Diógenes Rodrigues de Lima, pressupondo que a omissão de declaração ou a inserção de declaração falsa ou diversa da que deveria constar na prestação de contas do candidato ensejaria a perpetração do crime do art. 350 do CE.

Guar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

prestação de contas do candidato ensejaria a perpetração do crime do art. 350 do CE.

Penso que a rejeição da prestação de contas de campanha de um candidato não configura, *de per se*, o crime de falsidade ideológica eleitoral do art. 350 do CE, vez que, para tanto, necessário se faz estar presente o dolo específico, que se traduz como a vontade livre e consciente de falsificar a documentação apresentada para fins eleitorais, o que não observo nas condutas *sub examine*. Ocorre que tais irregularidades são de natureza administrativa, e já foram suficientemente penalizadas quando do julgamento de sua prestação de contas. Vejamos.

As condutas descritas na peça acusatória estão desprovidas de ilicitude, podendo se vislumbrar apenas irregularidades de ordem administrativas aptas a rejeitar as contas, mas não para iniciar a persecução penal em desfavor do candidato, por ato comissivo de inserir declaração falsa na contabilidade de campanha.

Ressalte-se, por fim, que não obstante seja o candidato o responsável pela prestação de contas de sua campanha eleitoral, na forma do art. 21, da Lei nº 9.504/97, não significa dizer, necessariamente, que ele tenha falsificado ou anuído com os documentos que ela instruem, sob pena de prestigiar a teoria da imputação objetiva, vedada pelo nosso ordenamento jurídico, ao que, ausentes a demonstração de ato comissivo ou omissivo e dolo específico penalmente relevantes para a persecução penal, deve ser mantida a decisão que rejeitou liminarmente a denúncia.

Neste sentido já se manifestou esta Corte Eleitoral, *verbis*:
RECURSO ELEITORAL. AÇÃO PENAL. ART. 350 DO CÓDIGO ELEITORAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. FINALIDADE ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INEXISTÊNCIA DE ATO OMISSIVO E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RECURSO CRIMINAL Nº 1443-74.2010.6.02.0000, CLASSE 31 - ANO 2010

COMISSIVO PENALMENTE RELEVANTES. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. ATIPICIDADE DE CONDUTA RECONHECIDA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO DESPROVIDO.

(TRE/AL, RE n. 1469-72.2010.6.02.0000, ACÓRDÃO Nº 8.066, REL. JUÍZA ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, JULGADO EM 07/04/2011).

Ante o exposto, não havendo demonstração de fato típico e antijurídico, CONHEÇO DO RECURSO PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, mantendo a r. sentença em todos os seus termos.

É como voto.


Luciano Guimarães Mata
Desembargador Relator



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Recurso Criminal Nº 1468-87.2010.6.02.0000

Prot. 12.691/2010

ORIGEM: MARECHAL DEODORO - AL

JULGADO EM: 22/08/2011 (SESSÃO Nº 61/2011)

RELATOR: DESEMBARGADOR ELEITORAL LUCIANO GUIMARÃES MATA

PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: DR. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: MARCONDES GRACE SILVA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO
RECORRIDO : DIÓGENES RODRIGUES DE LIMA
ADVOGADO : Fábio Costa Ferrario de Almeida
ADVOGADO : Rodrigo Antonio Vieira de Almeida

DECISÃO

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso criminal, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 8.336, de 22.08.2011).

Participantes da Sessão: Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Eleitoral ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Eleitorais: OTÁVIO LEÃO PRAXEDES, RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, ANTÔNIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA. Ausente, em razão de licença médica, a Exma. Sra. Desembargadora Eleitoral ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 22 de agosto de 2011.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários